



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº. 0429776/2018

PA COPAM Nº.: 34195/2012/002/2018

SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento

EMPREENDEDOR: EMISA – Empresa de Mineração Santos LTDA ME

CNPJ: 08.646.141/0001-98

EMPREENDIMENTO: EMISA – Empresa de Mineração Santos LTDA ME

CNPJ: 08.646.141/0001-98

MUNICÍPIO: Perdões

ZONA: Rural

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: Reserva da Biosfera do Bioma Mata Atlântica

| CÓDIGO: | ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17): | CLASSE | CRITÉRIO LOCACIONAL |
|----------------|---|---------------|----------------------------|
| A-03-01-8 | Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil | 2 | 1 |

RESPONSÁVEL TÉCNICO: Marciana M. Almeida – Eng. Ambiental

REGISTRO: CREA/MG – 16893-5

AUTORIA DO PARECER

MATRÍCULA

ASSINATURA

Fernando Baliani da Silva - Gestor Ambiental

1.374.348-9

De acordo: Cezar Augusto Fonseca e Cruz
Diretor Regional de Regularização Ambiental

1.147.680-1



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº. 0429776/2018

O empreendimento **EMISA – Empresa de Mineração Santos LTDA ME** solicitou Licença Ambiental Simplificada para exercer a atividade potencialmente poluidora/degradadora do meio ambiente de extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, estabelecida na Deliberação Normativa COPAM 217/2017 sob **código A-03-01-8** com **Potencial Poluidor Geral Médio**.

A área objeto da extração de areia se encontra no processo **DNPM nº. 831.142/2011**, exercendo sua atividade no município de Perdões, para uma extração de areia informada de volume **9.999 m³/ano**, configurando o empreendimento em **Porte Pequeno**. A extração ocorrerá com a utilização de draga e pá carregadeira, com 4 funcionários, 08 horas/dia com 5 dias/semana e 12 meses/ano.

De acordo com a plataforma de Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-Sisema), o local onde o empreendimento pretende desenvolver suas atividades está inserido na **Reserva da Biosfera do Bioma Mata Atlântica**, com critério locacional de **valor 1**.

Com base na DN COPAM 217/2017 e nas informações descritas, o empreendimento é Classe 2 com regularização ambiental mediante LAS/RAS e estudo da Reserva da Biosfera do Bioma Mata Atlântica.

A extração de areia ocorrerá no Rio Grande, de domínio da União e foi informado a Portaria de Outorga da Agência Nacional de Águas – **ANA nº. 030181/2017-55** para a intervenção em recurso hídrico.

A intervenção Ambiental em Área de Preservação permanente – APP está regularizada conforme Documento Autorizativo – **DAIA nº. 0032030-D**.

Possui inscrição do imóvel no CAR, com área total de 9,1675 hectares e Reserva Legal de 0,2520 hectares para o imóvel rural denominado Pouso Frio (matrículas 7.639 e 7.640).

Os impactos ambientais informados no RAS, são a geração de resíduos sólidos e oleosos, efluentes sanitários e a modificação da qualidade de águas. As medidas mitigadoras são o armazenamento temporário e posterior destinação de resíduos sólidos e oleosos para empresa licenciada, sistema de fossa séptica com lançamento em sumidouro e caixa de sedimentação para a água de dragagem.

Desta forma, a Supram SM sugere o deferimento da Licença Ambiental Simplificada - LAS ao empreendimento **EMISA - Empresa de Mineração Santos LTDA ME** para a atividade de “**extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil – A-03-01-8**”, no município de **Perdões**, pelo prazo de **10 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste Parecer Técnico, bem como da legislação ambiental pertinente.



ANEXO I

Condicionantes para LAS de EMISA – Empresa de Mineração Santos LTDA ME

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo* |
|------|--|--|
| 01 | Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes. | Durante a vigência da Licença Ambiental Simplificada - LAS |

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento de EMISA Empresa de Mineração Santos LTDA ME

1. Efluentes Líquidos

| Local de amostragem | Parâmetro | Frequência de Análise |
|--|--|--|
| Saída da caixa de decantação | Óleos e graxas (óleos minerais), sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis. | 01 vez a cada três meses <u>(Trimestral)</u> |
| No curso d'água, a montante e a jusante de cada ponto de intervenção autorizado ⁽¹⁾ | Oxigênio Dissolvido, sólidos em suspensão, sólidos sedimentáveis e, óleos e graxas minerais. | 01 vez a cada três meses <u>(Trimestral)</u> |

⁽¹⁾ Para as amostragens feitas no corpo hídrico receptor, apresentar justificativa da distância adotada para coleta de amostras a montante e jusante do ponto de lançamento.

Relatórios: Enviar **anualmente** à Supram Sul de Minas, **até o último dia do mês subsequente a 4ª análise**, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.



2. Resíduos Sólidos

Relatório: Enviar anualmente à Supram Sul de Minas **até o último dia do mês subsequente ao 12º relatório**, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

| Resíduo | | | | Transportador | | Disposição final | | | | Obs. | |
|-------------|--------|--------------------------------|------------------------|---------------|-------------------|--------------------|---------------------|-------------------|-------------------------|------------------|--|
| Denominação | Origem | Classe NBR 10.004 ¹ | Taxa de geração kg/mês | Razão social | Endereço completo | Forma ² | Empresa responsável | | | | |
| | | | | | | | Razão social | Endereço completo | Licenciamento Ambiental | | |
| | | | | | | | | | Nº processo | Data da validade | |

(¹) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(²) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- | | |
|-----------------------|---|
| 1- Reutilização | 6 - Co-processamento |
| 2 – Reciclagem | 7 - Aplicação no solo |
| 3 - Aterro sanitário | 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada) |
| 4 - Aterro industrial | 9 - Outras (especificar) |
| 5 - Incineração | |

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.